

MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A.
Sede: Rua Coronel Bordini, 1010 - Bairro Auxiliadora - Porto Alegre - RS
CNPJ nº 88.301.155/0001-09



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Cumprindo exigências legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)	
ATIVO	PASSIVO
2023	2022
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de clientes	Mútuo entre partes relacionadas
Estoques	Instrumentos financ. derivativos
Impostos e contribuições a recuperar	Fornecedores nacionais
Adiantamento a fornecedores	Fornecedores estrangeiros
Títulos a receber	Impostos e taxas a recolher
Outros ativos circulantes	Salários e encargos sociais
	Dividendos a pagar
	Outras contas a pagar
	Total do passivo circulante
	Não circulante
	Empréstimos e financiamentos
	Prov. para demandas judiciais
	Impostos e taxas a recolher
	Outras contas a pagar
	Total do passivo não circulante
	Total do passivo
	Patrimônio líquido
	Capital social
	Reserva de capital
	Reserva legal
	Reserva de incentivos fiscais
	Reserva de retenção de lucros
	Parcela de resultados a disposição da AGO
	Total do patrimônio líquido
	Total passivo e do patrimônio líquido
Total do ativo	Total do ativo
791.767	976.405

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	
2023	2022
Lucro líquido do exercício	56.411
Atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	24.755
Amortização ativo de direito de uso	268
Const. de provisão para contingências	326
Prov. para créditos de liq. duvidosa	4.847
IR e CS corrente e diferidos	10.929
Baixa de ativo imobilizado	1.776
Juros e variações cambiais	24.799
Juros sobre passivo de arrendamento	(228)
Resultado não realizado das operações com derivativos	84
Total das operações com derivativos	(7.008)
Total das operações com derivativos	34.252
Total das operações com derivativos	116.959
Variações nos ativos e passivos:	
Aumento (redução) dos ativos	
Contas a receber de clientes	38.006
Estoques	113.999
Adiantamento a fornecedores	35.826
Impostos a recuperar	(15.975)
Depósitos judiciais	451
Outros ativos	11.156
(Aumento) redução dos passivos	
Fornecedores	(250.111)
Outras contas a pagar	(8.525)
Salários e encargos sociais	(6.644)
Prov. p/demandas jud. (pagamentos)	(1.923)
Impostos e taxas a recolher	(3.241)
Total das operações com derivativos	(116.959)
Total das operações com derivativos	116.959
Total das operações com derivativos	116.959

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	
2023	2022
Receita operacional líquida	1.346.898
Custos dos produtos vendidos	(1.148.043)
Lucro bruto	198.855
Recargas (despesas) operacionais	
Vendas	(97.640)
Administrativas e gerais	(28.147)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.452)
Outras receitas operacionais e despesas	13.273
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	79.889
Despesas financeiras	(38.792)
Recargas financeiras	(30.562)
Total das despesas financeiras líquidas	(69.354)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	10.535
Corrente	(2.016)
Diferido	(13.233)
Total imposto de renda e contribuição social	(15.248)
Lucro líquido do exercício	56.411
Lucro por de mil ações	0,44771

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)	
2023	2022
Lucro líquido do exercício	56.411
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente, líquido dos impostos	56.411

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)							
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de Lucros	Parcela de Resultado a Dispos. AGO	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.000	77.293	4.189	10.284	19.508	39.812	277.086
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	56.411
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	5.272	-	-	-	(5.272)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	41.067	-	-	(41.067)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	39.812	(39.812)	-
Reserva de lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	59.099	(59.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	126.000	77.293	9.461	51.351	59.320	59.099	382.524
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	56.411
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.821	-	-	-	(2.821)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.209	-	-	(27.209)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	59.099	(59.099)	-
Reserva de lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	26.381	(26.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	126.000	77.293	12.282	78.560	118.419	26.381	438.935

1.CONTEXTO OPERACIONAL: A Moinhos Cruzeiro do Sul S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de suas controladas, tem por atividade operacional a industrialização e comercialização de farinha de trigo e seus derivados. A Companhia possui quatro unidades produtivas localizadas nas cidades de Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Olinda (Pernambuco), São Luís (Maranhão) e Belém (Pará). Em novembro de 2022, a Companhia alienou os itens do seu ativo imobilizado que compunham a planta industrial de Canoas, no estado do RS. A venda foi concretizada em 22 de dezembro de 2022 por R\$24.500, sendo R\$ 14.121 referente aos ativos móveis e R\$ 10.389 referente aos imóveis, com o recebimento da primeira parcela de R\$5.000 no ato, uma parcela de R\$4.500 após 90 dias e três parcelas de R\$5.000 anuais e consecutivas, corrigidas pelo IGP-M e com vencimento da primeira parcela em dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, havia R\$5.000 registrados no ativo circulante e R\$5.000 registrados no ativo não circulante relacionados a esta transação. **2.BASE DE PREPARAÇÃO:** a) Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: "Nota explicativa nº 11 - Imobilizado: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil, a) Incertezas sobre premissas e estimativas. Nota 11 - Prazo de vida útil do ativo imobilizado. Nota 6 - Mensuração de provisão para perda esperada. Nota 14 - Mensuração da provisão para demandas judiciais. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 22 - Instrumentos financeiros. 2.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Os novos requerimentos que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 ou após essa data, listados a seguir, não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem e espera que haja algum impacto futuro para o Grupo. IFRS 17 - Contratos de Seguro: IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas estarão em vigor apenas a partir de 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). De acordo com a adoção prévia da Administração, essas normas não trarão impacto relevante em suas demonstrações contábeis. IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classificação de passivos em corrente non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e realocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e realocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier financing arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. 3. Políticas contábeis: 3.1. Moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos novamente para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras, para o resultado utilizamos a taxa da data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. 3.2. Reconhecimento de receita: As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita estão demonstradas na nota explicativa 15. Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita: Tipo de produto: Venda de mercadorias/Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: Os clientes obtêm controle quando as mercadorias são entregues e aceitas. As faturas são emitidas naquele momento. A Companhia também opera com grandes redes que possuem estabelecimentos voltados a comercialização. Nestes casos, os termos contratuais permitem bonificações que são concedidas por meio de descontos comerciais. A Companhia não possui nenhum programa de fidelidade que estabeleça descontos por acumulo de pontos./Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15: A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Adicionalmente, no caso das grandes redes, o valor da receita reconhecida é ajustado para os descontos concedidos, que são estimados com base nos dados históricos e revisada periodicamente. A Companhia reavalia sua expectativa de devolução na data base do balanço. 3.1. Impostos: a) Imposto de renda e contribuição social - Corrente: A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício com a metodologia do Lucro Real Trimestral. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros

exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão é calculada com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e a provisão para IRPJ foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. b) Imposto de renda e contribuição social - Diferido: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como por prejuízos fiscais acumulados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para a maior parte do período de validade diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. c) Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (a) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (b) quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. 3.2. Instrumentos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial: O contábil a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acordado, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (i) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros parareceber fluxos de caixa contratuais; e seu termo de contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Ativos financeiros: A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: Empréstimos e recebíveis; Ativos financeiros mantidos até o vencimento; Ativos financeiros disponíveis para venda; e Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Mensuração subsequente ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado. Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros disponíveis para venda: Mensurados ao valor justo até o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. a. Instrumentos financeiros derivativos: Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações no valor justo são registradas em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" classificados no ativo circulante e não circulante. 3.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. 3.4. Contas a receber de clientes: Estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. Informações referentes à abertura do balanço e ao de uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com atos semelhantes. 3.8. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.9. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 3.10. Receitas e despesas financeiras e variação cambial: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial ativa sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. A Companhia adotou como prática contábil apresentar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos nas atividades de financiamentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros. 3.11. Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente os imóveis onde estão localizadas as unidades de vendas. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)	
2023	2022
Lucro líquido do exercício	56.411
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente, líquido dos impostos	56.411

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)							
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de Lucros	Parcela de Resultado a Dispos. AGO	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.000	77.293	4.189	10.284	19.508	39.812	277.086
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	56.411
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	5.272	-	-	-	(5.272)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	41.067	-	-	(41.067)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	39.812	(39.812)	-
Reserva de lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	59.099	(59.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	126.000	77.293	9.461	51.351	59.320	59.099	382.524
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	56.411
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.821	-	-	-	(2.821)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.209	-	-	(27.209)